



JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada pelo Globo Rural, denunciou que as ações do "Dia do fogo" foram combinadas por meio de um grupo no WhatsApp. A ideia era de mostrar apoio em relação à defesa do presidente de "afrouxar" a fiscalização ambiental e de, possivelmente, anular multas por infrações ao meio ambiente aplicadas pelo Ibama.

Notícias veiculadas pela imprensa brasileira informam que o Ministério Público Federal (MPF) enviou, no dia 7 de agosto, um ofício ao Ibama alertando sobre o plano, por parte de fazendeiros, de dar início a incêndios simultâneos na região em torno da rodovia BR-163, em Altamira e Novo Progresso, no Pará.

O Ibama, que é subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, retornou ao MPF informando que expediu ofícios solicitando o apoio da Força Nacional de Segurança – cuja autorização para agir é dada pelo ministro da Justiça –, além de ter comunicado à Coordenação de Operações de Fiscalização e ao Núcleo de Inteligência da Superintendência do Pará sobre o que estava para ocorrer no dia 10 de agosto.

Segundo documentos divulgados pelo Globo Rural, a resposta do Ibama, datada do dia 12 de agosto, explicava ao MPF que, em função dos ataques recorrentes ao órgão, bem como à falta de apoio da Polícia Militar do Pará, as ações de fiscalização estavam prejudicadas, alertando para o risco de colocar funcionários do Ibama em campo sem a devida proteção policial. De acordo com o MPF do Pará, os fiscais já estavam enfrentando ameaças e ataques por grileiros e madeireiros na região.

Em 2019 houve aumento de 80% a mais nos focos de incêndio, em relação a 2018. Esses números refletem as promessas de campanha de Bolsonaro para a região, quando deu a entender que se fosse eleito, seu governo promoveria um afrouxamento dos órgãos de fiscalização e a diminuição das multas.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Senhor Ministro do Meio Ambiente que envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO